Nova Universidade. Dá para não mudar?
Renato Marques

Evento em Teresina (PI) debate os rumos do Ensino Superior brasileiro.

De cada dez jovens que ingressam no sistema federal de Ensino Superior, apenas seis se formam. Em algumas áreas específicas, esse número é ainda menor. Mais do que isso, esses alunos não conseguem transitar entre as diversas instituições que integram o sistema e não conseguem adequar sua formação ao que pretendem exercer. Neste cenário, era de se imaginar que qualquer proposta de Reforma Universitária atingisse em cheio esses pontos. No entanto, esta ainda é uma realidade distante.

Em meio à estas duras constatações, teve início nesta segunda-feira, 26, o seminário "Universidade Nova: Sensibilização & Debate, Essencialidade & Reformulação", em Teresina (PI). Seqüência direta de um evento semelhante realizado em Salvador, no final de 2006, este seminário é parte de um movimento que começa a surgir nas universidades federais. Em parte, para corrigir uma falha da Reforma Universitária proposta, que se ateve mais às questões de administração do setor. Mas também - e, até, principalmente, para que o país não perca o 'bonde' da história.

"Até 2010, a Europa terá implantado as mudanças previstas no Tratado de Bolonha. Se não nos movimentarmos, o Brasil corre um grande risco de ser o único país do mundo a ter um modelo universitário anterior à reforma de 1810", alertou, durante sua fala, o reitor da UFBA (Universidade Federal da Bahia), Naomar Monteiro de Almeida. Pior. Em algumas questões fundamentais, corremos o risco de não apenas não acompanhar, mas também de seguir na contramão. "O mundo inteiro está se configurando pela mobilidade. E, nós, estamos cultivando a imobilidade."

Neste primeiro dia de seminário, foi apresentado aos participantes o lado mais duro do Ensino Superior atual. Não conseguimos garantir mobilidade, não flexibilizamos a formação, não evitamos a evasão, não alcançamos todos os jovens... por que, então, não mudamos? "Na ditadura militar, fizemos uma reforma que não reformou. Parece que é um hábito no Brasil. Começa-se a mudar, mas falta coragem para radicalizar. E aí chega-se a um modelo misto entre o que existe e o que se pretende fazer. Por isso temos esse cenário disforme atualmente", lamentou Monteiro de Almeida.

O caminho das mudanças

Naturalmente, mudar não é uma decisão que se toma repentinamente. E, menos ainda, algo que se implante de uma hora para outra em um setor como o Ensino Superior. Entre os painelistas, o consenso é de que, hoje, o sistema clama por alterações em sua estrutura acadêmica. Isso porque, por mais que se amplie a capacidade física-administrativa, as limitações na arquitetura educacional impede que o sistema atenda às necessidades da sociedade.

"Para continuarmos expandindo o setor federal, precisamos mudar, com urgência, o formato acadêmico. Essa é uma condição fundamental para que possamos ir além. Não faz sentido pensar em expansão pura e simples no contexto atual, pois isso representaria apenas multiplicar as salas em que três alunos vão para encontrar o professor", disse o secretário do Ensino Superior da SESu/MEC (Secretaria de Ensino Superior/Ministério da Educação), Manoel Palacios. "O estudante entra na universidade por um curso específico e freqüenta, por quatro anos, disciplinas previamente definidas. Neste cenário, é muito difícil falar em mobilidade, flexibilidade e qualquer autonomia do aluno na construção de trajetórias formativas."

Como pregar, então, à instituições quase centenárias que estas precisam reformular seus conceitos e aplicar sistemas inovadores? Exemplos como o da UFABC (Universidade Federal do ABC), que conta com um Bacharelado Interdisciplinar em que o aluno praticamente compõe toda a sua grade mostram que é possível avançar sim. No entanto, é possível considerar esta mudança para instituições tradicionais, com praticamente um século de história?

Ciente dessa dificuldade, o próprio MEC decidiu se posicionar, participando do processo de debates e apoiando as mudanças com um plano de desenvolvimento para o setor (confira quadro). "Naturalmente, uma reforma acadêmica é algo mais complexo de se conduzir. é muito mais difícil do que construir prédios", afirmou Palacios. "Essas transformações são ainda mais difíceis de implantar em instituições que têm uma história, por vezes centenária, por trás de si."

O modelo proposto

O que se propõe, para o sistema brasileiro é a implantação de um Bacharelado Interdisciplinar, aos moldes do que já se faz na UFABC e que se pretende fazer na UnB (Universidade de Brasília), que atualmente busca resgatar o projeto original da instituição. Ele seria uma espécie de ciclo básico, comum às áreas e obrigatório a todos. Depois dele, os alunos responderiam pela composição do seu curso.

Segundo os especialistas, isso reduziria a evasão, pois tornaria mais consciente a decisão do aluno e permitiria a ele moldar seus caminhos. Outro fator fundamental é que, segundo o reitor da UFBA, não é preciso esperar que o MEC crie uma legislação específica para isso, pois não há instrumento legal que impeça a adoção deste ciclo básico da Educação Superior.

"O que estamos construindo é um processo bem interdisciplinar. Não queremos ter apenas química, física ou matemática. Queremos colocar um pouco mais de humanidades nas exatas e um pouco mais de exatidão nas humanas", acrescenta a vice-reitora da UFABC, Adelaide. "A principal vantagem é que o aluno vai ser atendido em sua totalidade. Se ele tiver um curso definido, vai direto à conclusão, a instituição não vai barrar ele. Mas se ele não tiver clareza, vai ter tempo para definir o seu caminho, e a universidade vai ter esse espaço para ele."

A grande questão que se levanta neste panorama é o impacto que isso tem na formação do jovem graduando. De certa maneira, isso reflete em todo o setor. Mas, o foco tem sido atacar problemas estruturais vividos na organização acadêmica da graduação, dando condições para que o jovem faça uma escolha mais madura e que reflita em um profissional e um cidadão mais bem formado e com condição de lidar, de maneira autônoma, com o conhecimento que ajudará a produzir.

"é muito boa a possibilidade de o aluno construir individualmente o seu conhecimento. é algo extremamente positivo, pois dá a liberdade de poder ter visões diferentes. Construir rumos distintos para cada estudante", elogiou, em entrevista ao Universia, o coordenador de planejamento do DCE / UFPI (Diretório Central de Estudantes da Universidade Federal do Piauí), Flávio de Castro.

Disponível em: <http://ww1.universia.com.br>. Acesso em 1 mar. 2007